

Demonstrações Contábeis

2024

Aqui você confere os indicadores de resultados da Teles Pires Participações S. A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, 2023 E 01 DE JANEIRO DE 2023

Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	Controladora			Consolidado			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora			Consolidado		
		Reapresentado 2024	Reapresentado 2023	Reapresentado 01/01/2023	Reapresentado 2024	Reapresentado 2023	Reapresentado 01/01/2023			Reapresentado 2024	Reapresentado 2023	Reapresentado 01/01/2023	Reapresentado 2024	Reapresentado 2023	Reapresentado 01/01/2023
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.065	538	8.158	154.121	88.461	157.938	Fornecedores	12	–	–	–	57.854	72.506	73.540
Clientes	6	–	1.198	–	107.555	111.294	106.513	Empréstimos e financiamentos	14	–	55.498	56.987	188.565	243.459	243.632
Tributos a recuperar	7	1.457	–	4.023	71.715	21.598	20.271	Tributos a recolher	7	685	33	44	66.661	9.282	6.965
Outros ativos circulantes		–	–	–	3.037	5.484	5.447	Encargos setoriais	13	–	–	–	15.722	5.904	8.549
		4.522	1.736	12.181	336.428	226.837	290.169	Concessões a pagar - Uso do bem público	15	–	–	–	14.917	15.084	14.191
Não circulante								Provisões ambientais	–	–	–	–	24.552	36.275	23.302
Realizável a longo prazo								Outros passivos circulantes	–	43.451	43.451	43.451	8.694	8.126	10.732
Títulos e valores mobiliários	5	38.871	79.971	74.340	92.371	125.387	115.512		685	98.982	100.482	376.965	390.636	380.911	
Tributos a recuperar		4.809	4.839	–	4.809	4.839	–	Não Circulante							
Tributos diferidos	8.1	–	–	–	469.372	465.006	436.541	Empréstimos e financiamentos	14	–	383.244	434.223	1.813.159	2.360.910	2.570.385
Depósitos judiciais		–	–	–	62.509	60.400	56.819	Encargos setoriais	13	–	–	–	19.787	15.535	11.341
		43.680	84.810	74.340	629.061	655.632	608.872	Concessões a pagar - Uso do bem público	15	–	–	–	176.251	175.109	172.593
Investimentos em controladas	9	1.653.820	1.651.456	1.719.627	–	–	–	Provisões para litígios	16	–	–	–	127.354	123.793	134.919
Imobilizado	10	–	–	–	3.652.600	3.816.096	3.982.391	Ressarcimento às Distribuidoras - Acordo com a ANEEL	2.6	–	–	–	527.019	506.743	480.068
Intangível	11	–	–	–	138.785	144.930	155.766	Outros passivos não circulantes	–	–	–	–	1.319	1.398	1.391
		1.653.820	1.651.456	1.719.627	3.791.385	3.961.026	4.138.157		–	383.244	434.223	2.664.889	3.183.488	3.370.697	
Total do ativo		1.702.022	1.738.002	1.806.148	4.843.495	5.037.198		Patrimônio Líquido							
								Capital social	17	3.232.795	2.763.315	2.656.309	3.232.795	2.763.315	2.656.309
								Prejuízos acumulados	–	(1.531.458)	(1.507.539)	(1.384.866)	(1.531.367)	(1.507.448)	(1.384.775)
								Atribuído aos acionistas não controladores	–	–	–	–	13.592	13.504	14.056
									1.701.337	1.255.776	1.271.443	1.715.020	1.269.371	1.285.590	
								Total do Passivo do Patrimônio Líquido		1.702.022	1.738.002	1.806.148	4.756.874	4.843.495	5.037.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado (Nota Explicativa nº 2.6) 2024	Reapresentado (Nota Explicativa nº 2.6) 2023	Reapresentado (Nota Explicativa nº 2.6) 2024	Reapresentado (Nota Explicativa nº 2.6) 2023
Receita operacional líquida	18	–	–	898.495	904.750
Custos operacionais	19	–	–	(624.784)	(729.637)
RESULTADO BRUTO		–	–	273.711	175.114
Despesas operacionais	19	(7.334)	(7.334)	(42.765)	(23.278)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(7.334)	(7.334)	230.946	151.835
Resultado financeiro	20	(26.281)	(54.502)	(255.454)	(303.525)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(33.615)	(61.836)	(24.507)	(151.690)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	9	9.697	(60.836)	–	–
PREJUÍZO OPERACIONAL		(23.918)	(122.672)	(24.507)	(151.690)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		(23.918)	(122.672)	(24.507)	(151.690)
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	8	–	–	679	28.466
CORRENTE		–	–	(3.687)	–
DIFERIDO		–	–	4.365	28.466
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(23.918)	(122.672)	(23.830)	(123.224)
ATRIBUÍVEIS AOS:					
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES		(23.918)	(122.672)	(23.918)	(122.672)
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES		–	–	88	(552)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado (Nota Explicativa nº 2.6) 2024	Reapresentado (Nota Explicativa nº 2.6) 2023	Reapresentado (Nota Explicativa nº 2.6) 2024	Reapresentado (Nota Explicativa nº 2.6) 2023
Resultado líquido do exercício		(23.918)	(122.672)	(23.830)	(123.224)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos		–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício		(23.918)	(122.672)	(23.830)	(123.224)
		(23.918)	(122.672)	(23.918)	(122.672)
		–	–	88	(552)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em milhares de Reais

	CONSOLIDADO		Patrimônio Líquido Não Controladores		Patrimônio Líquido Consolidado	
	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Controladora	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.656.309	(1.070.782)	1.585.527	16.908	1.602.435	1.602.435
Ajuste de reapresentação (Nota Explicativa 2.6)	–	(313.993)	(313.993)	(2.852)	(316.845)	(316.845)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	2.656.309	(1.384.776)	1.271.533	14.056	1.285.590	1.285.590
Aumento de capital	107.006	–	107.006	–	107.006	107.006
Prejuízo do exercício	–	(122.672)	(122.672)	(552)	(123.224)	(123.224)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.763.315	(1.507.448)	1.255.867	13.504	1.269.371	1.269.371
Aumento de capital	469.480	–	469.480	–	469.480	469.480
Prejuízo do exercício	–	(23.918)	(23.918)	88	(23.830)	(23.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.232.795	(1.531.367)	1.701.428	13.592	1.715.020	1.715.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado 2024	Reapresentado 2023	Reapresentado 2024	Reapresentado 2023
Resultado do Exercício		(23.918)	(122.672)	(23.830)	(123.224)
Ajustes para reconciliar o Lucro com o caixa gerado das operações					
Depreciação e amortização		7.334	7.334	178.531	182.571
Encargos financeiros	14 e 5	31.578	64.574	274.787	326.809
Receitas Financeiras	20	(8.174)	(10.231)	(13.336)	(33.530)
Resultado da Equivalência patrimonial		(9.696)	60.838	–	–
Provisões (reversões) operacionais		–	–	1.441	–
Outros		(2)	–	(27.115)	(21.226)
		(2.878)	(157)	390.478	331.399
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais					
Clientes		1.198	(1.198)	3.739	(4.781)
Impostos a recuperar		(1.427)	(816)	(54.453)	(34.631)
Outros		–	–	2.448	(2.641)
		(229)	(2.014)	(48.266)	(42.053)
(Acréscimos)/Decréscimos nos Passivos Operacionais					
Fornecedores		–	–	(14.652)	(1.034)
Obrigações estimadas		651	(13)	57.379	2.317
Encargos setoriais		–	–	14.070	1.549
Outros		(43.451)	–	(12.361)	30.134
		(42.800)	(13)	44.436	32.966
Pagamentos de encargos financeiros	14.1	(56.353)	(65.583)	(212.906)	(240.329)
Cauções e depósitos vinculados		–	–	(2.109)	(264)
		(56.353)	(65.583)	(215.015)	(240.593)
Caixa Líquido proveniente (usado nas) das Atividades Operacionais		(102.260)	(67.767)	171.633	81.719
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	14.1	(413.320)	(50.979)	(600.982)	(230.966)
Pagamento UBP	15	–	–	(11.718)	(11.191)
		(413.320)	(50.979)	(612.699)	(242.157)
Caixa Líquido usado nas Atividades de Financiamento					
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de ativo imobilizado	10	–	–	(8.746)	(5.975)
Aquisição de ativo intangível	11	–	–	(145)	(195)
Aplicações/ Resgates financeiras (TVM)	5	48.627	4.120	46.137	(9.875)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	17	469.480	107.006	469.480	107.006
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		518.107	111.126	506.726	90.961
Acréscimo (redução) no caixa e equivalente de caixa		2.527	(7.621)	65.660	(69.478)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	538	8.158	88.461	157.938
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	3.065	538	154.121	88.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Teles Pires Participações S.A. ("Companhia" ou "TPP") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. A Companhia controla a Companhia Hidrelétrica Teles Pires ("CHTP"), responsável por operar e manter a Usina Hidrelétrica Teles Pires. A usina está localizada no Rio Teles Pires, entre os estados do Pará e Mato Grosso, e possui potência instalada de 1.820 MW médio. A concessão, 002/2011, expira em 2042. A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 40.537 (negativo de R\$ 163.800 em 31 de dezembro de 2023). No mesmo exercício, o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 1.715.020 (R\$ 1.269.371 em 31 de dezembro de 2023) e o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 23.830 (prejuízo de R\$ 123.224 em 31 de dezembro de 2023).

A Controlada conta com geração de caixa futura proveniente de contratos firmes de vendas de energia de longo prazo, adicionalmente, a Companhia conta com o suporte financeiro de seus acionistas, fatores considerados suficientes para garantir a continuidade operacional. Conforme previsto no plano de negócio, a Companhia e sua Controlada projetam gerar recursos suficientes em exercícios futuros para a manutenção de suas atividades, bem como lucro tributável suficiente para a realização do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 8).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2025.

NOTA 2 - BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, a Companhia apresenta essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 3 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.4.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Tabela 2 – Novas normas e interpretações não vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (Tco2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (Tco2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Falta de Conversibilidade As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtópicos. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A aplicação da IFRS 18 trará reflexos na apresentação na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras, quando da adoção das outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas, que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

2.5 Bases de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações no capital social da controlada é mensurada pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pela investida, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa das controladas são integralmente consolidados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis da controlada nas demonstrações consolidadas se inicia na data em que a Companhia assume o controle, sendo cessada quando a Companhia deixa de ter o controle.

Controlada

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou possui direitos sobre, retornos variáveis resultantes de sua participação na investida e tem a capacidade de influenciar esses retornos por meio de seu poder sobre ela.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre a controlada da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.6 Reapresentação dos saldos comparativos

2.6.1 Ressarcimento às distribuidoras – Acordo com ANEEL

Entre os anos de 2011 e 2012, a CHTP firmou junto a 27 distribuidoras de eletricidade contratos de compra de energia no ambiente regulado ("CCEAR"), comprometendo-se a entregar as demandas contratadas a partir de janeiro de 2015.

Em decorrência de atrasos na execução da obra, respectivamente atribuídos pela CHTP, não foi possível escoar a produção de eletricidade em volume suficientemente satisfatório às demandas energéticas pactuadas com as 27 distribuidoras. Por causa do atraso no cronograma da obra, as distribuidoras tiveram de adquirir a eletricidade no mercado à vista no período de janeiro a abril de 2015, sujeitando-se a preços superiores aos que haviam pactuado com a CHTP.

Em virtude disso, a CHTP teve de firmar um termo de compromisso ("TC") juntamente à Aneel no qual assumiu a responsabilidade por ressarcir as distribuidoras pelo prejuízo incorrido na aquisição da energia elétrica no mercado à vista o que, sobretudo, implica um ressarcimento aos próprios consumidores de eletricidade porque algumas das distribuidoras repassaram a referida oneração na tarifação das contas de eletricidade. O TC foi assinado também no ano de 2015.

Por meio do TC foi estabelecido um mecanismo denominado de conta gráfica, o qual impediu que a CHTP faturasse a energia não entregue e estabeleceu que as distribuidoras também não pagassem por tais valores.

Ato contínuo, por meio da sistemática prevista na conta gráfica, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") repassará às distribuidoras eventuais exposições positivas da CHTP abatendo mensalmente o valor decorrente do ônus incorrido pelas distribuidoras por terem de adquirir a eletricidade no mercado à vista pela não entrega da CHTP.

O TC estabeleceu de igual modo que a CHTP deverá liquidar o saldo até o ano de 2036. Esse prazo foi ampliado para até 2041 por causa da ampliação do saldo da concessão em virtude da compensação da Geração Fora da Ordem de Mérito ("GFOM"). Dessa maneira, as exposições positivas da CHTP serão alocadas às distribuidoras pela CCEE até 2041, de forma que se ao término do período de concessão remanescer algum saldo em aberto, então a CHTP realizará contratos de compra e venda de demanda energética pelo valor de custo operacional, isto é, sem margens de lucratividade.

Até o exercício de 2023, tal obrigação não era reconhecida no passivo da Companhia, com o argumento de que o saldo da conta gráfica não implicaria para CHTP uma efetiva saída de caixa, mas sim uma limitação na sua volumetria de faturamento e, portanto, geração de receita. Isto é, a conta gráfica representava apenas um mecanismo extracontábil para fins do controle e zerramento da parcela em aberto do ônus decorrente da frustração da entrega de energia contratada pelas distribuidoras; configurando-se um formato de quitação por parte da CHTP que não lhe implicaria pagamentos em favor das distribuidoras, mas, sim, limitações no registro de suas receitas.

No quarto trimestre de 2023, a Eletrobras, por meio da subsidiária Eletronorte, adquiriu o controle da Companhia. No entendimento da Eletrobras, aplicado para a demonstração contábil da TPP em 2024, o saldo da conta gráfica representa uma obrigação passível de registro no passivo da Companhia, de acordo com o CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro:

"O passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados." Em razão da obrigação presente da CHTP transferir parte de seus recursos econômicos às distribuidoras, via mecanismo da Conta Gráfica, o valor presente das transferências futuras de recursos deve ser reconhecido no passivo da Companhia. A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Tabela 3 – Reapresentação movimentação

CONSOLIDADO	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(480.068)
Atualização monetária	(47.902)
Ressarcimento - efeito redução da receita	21.227
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(506.743)

O registro dos saldos impactou os seguintes grupos de contas do Balanço Patrimonial: Tributos Diferidos R\$ 172.293, Ressarcimento às Distribuidoras – Acordo com a ANEEL R\$ 506.743, tributos a recolher R\$ 1.963 e Prejuízo Acumulado R\$ 336.414 com efeitos em 2023 e Tributos sobre o Lucro Diferido R\$ 163.223, Ressarcimento às Distribuidoras – Acordo com a ANEEL R\$ 480.068 e Prejuízo Acumulado R\$ 316.845 em 31/12/2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS APÓS AJUSTES AO RESSARCIMENTO ÀS DISTRIBUIDORAS

Tabela 4 – Reapresentação Balanços Patrimoniais

	CONSOLIDADO					
	01.01.2023		01/01/2023		2023	
	Anterior	Ajuste	Reapresentado	Anterior	Ajuste	Reapresentado
ATIVO						
Circulante						
Outros Ativos	290.169	–	290.169	226.837	–	226.837
Total do circulante	290.169	–	290.169	226.837	–	226.837
Não circulante						
Tributos sobre o lucro diferidos	273.317	163.223	436.541	292.713	172.293	465.006
Outros Ativos	4.310.488	–	4.310.488	4.151.652	–	4.151.652
Total do não circulante	4.583.805	163.223	4.747.029	4.444.365	172.293	4.616.658
Total do Ativo	4.873.974	163.223	5.037.198	4.671.202	172.293	4.843.494
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Circulante						
Outros Passivos	380.911	–	380.911	390.636	–	390.636
Total do passivo	380.911	–	380.911	390.636	–	390.636
Não circulante						
Ressarcimento às Distribuidoras - Acordo com a ANEEL	–	480.068	480.068	–	506.743	506.743
Outros tributos a recolher	–	–	–	7.319	1.963	9.282
Outros passivos não circulantes	2.890.628	–	2.890.628	2.667.463	–	2.667.463
Total do passivo	2.890.628	480.068	3.370.697	2.674.782	508.706	3.183.488
Patrimônio líquido						
Capital	2.656.309	–	2.656.309	2.763.315	–	2.763.315
Prejuízos acumulados	(1.070.782)	(313.993)	(1.384.776)	(1.174.062)	(333.387)	(1.507.449)
Não Controladores	16.908	(2.852)	14.056	16.532	(3.027)	13.504
Total do patrimônio líquido	1.602.435	(316.845)	1.285.599	1.605.785	(336.414)	1.269.370
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.873.974	163.223	5.037.197	4.671.202	172.292	4.843.494
	CONTROLADORA					
	01.01.2023		01/01/2023		2023	
	Anterior	Ajuste	Reapresentado	Anterior	Ajuste	Reapresentado
ATIVO						
Circulante						
Outros Ativos	12.180	–	12.180	1.736	–	1.736
Total do circulante	12.180	–	12.180	1.736	–	1.736
Não circulante						
Investimentos em controladas	1.861.768	(313.993)	1.547.775	1.820.322	(333.386)	1.486.937
Outros Ativos	246.193	–	246.193	249.328	–	249.328
Total do não circulante	2.107.961	(313.993)	1.793.968	2.069.650	(333.386)	1.736.265
Total do Ativo	2.120.141	(313.993)	1.806.148	2.071.386	(333.386)	1.738.001
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Circulante						
Outros Passivos	100.482	–	100.482	98.981	–	98.981
Total do passivo	100.482	–	100.482	98.981	–	98.981
Não circulante						
Outros passivos não circulantes	434.223	–	434.223	383.243	–	383.243
Total do passivo	434.223	–	434.223	383.243	–	383.243
Patrimônio líquido						
Capital	2.656.309	–	2.656.309	2.763.315	–	2.763.315
Prejuízos acumulados	(1.070.873)	(313.993)	(1.384.866)	(1.174.152)	(333.386)	(1.507.538)
Total do patrimônio líquido	1.585.436	(313.993)	1.271.443	1.589.163	(333.386)	1.255.777
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.120.141	(313.993)	1.806.148	2.071.386	(333.386)	1.738.001

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS AJUSTES REFERENTES AO RESSARCIMENTO ÀS DISTRIBUIDORAS

Tabela 5 – Reapresentação Demonstração do Resultado

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Anterior		Reapresentado		Reapresentado	
	2023	Ajuste	2023	2023	Ajuste	2023
Receita operacional líquida	–	–	–	885.487	19.263*	904.750
Custos operacionais	–	–	–	(729.637)	–	(729.637)
RESULTADO BRUTO	–	–	–	155.851	19.263	175.114
Despesas operacionais	(7.334)	–	(7.334)	(23.278)	–	(23.278)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(7.334)	–	(7.334)	132.572	19.263	151.835
Resultado financeiro	(54.502)	–	(54.502)	(255.624)	(47.902)	(303.525)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(61.836)	–	(61.836)	(123.051)	(28.639)	(151.690)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(41.444)	(19.392)	(60.836)	–	–	–
LUCRO OPERACIONAL	(103.280)	(19.392)	(122.672)	(123.051)	(28.639)	(151.690)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS	(103.280)	(19.392)	(122.672)	(123.051)	(28.639)	(151.690)
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO DIFERIDO	–	–	–	19.395	9.070	28.465
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(103.280)	(19.392)	(122.672)	(103.656)	(19.569)	(123.224)
ATRIBUÍVEIS AOS:						
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES	(103.280)	(19.392)	(122.672)	(103.280)	(19.393)	(122.673)
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES	–	–	–	(376)	(176)	(552)

* O ajuste referente a Receita operacional líquida refere-se a R\$ 21.227 deduzidos dos tributos aplicáveis de R\$1.964, que totaliza R\$ 19.263.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA APÓS AJUSTES REFERENTES AO RESSARCIMENTO ÀS DISTRIBUIDORAS

Tabela 6 – Reapresentação Demonstração dos Fluxos de Caixas

	CONSOLIDADO			
	Anterior		Reapresentado	
	2023	Ajuste	2023	2023
Resultado do exercício	(103.656)	(19.569)	(123.224)	
Ajustes para reconciliar o Lucro com o caixa gerado das operações				
Encargos financeiros	278.907	47.902	326.809	
Receita de ressarcimento	–	(19.263)	(19.263)	
Outros	147.078	–	147.078	
322.329	9.070	331.399		
Impostos a recuperar	(25.291)	(9.070)	(34.361)	
Demais itens	(7.692)	–	(7.692)	
(32.983)	(9.070)	(42.053)		
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais				
Fornecedores	(1.034)	–	(1.034)	
Obrigações estimadas	2.317	–	2.317	
Encargos setoriais	1.549	–	1.549	
Outros	30.134	–	30.134	
32.966	–	32.966		
(240.593)	–	(240.593)		
Demais itens operacionais	–	–	–	
Caixa líquido proveniente (usado nas) das atividades operacionais	81.719	–	81.719	
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(242.157)	–	(242.157)	
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	90.961	–	90.961	
Acréscimo (redução) no caixa e equivalente de caixa	(69.478)	–	(69.478)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	157.938	–	157.938	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	88.461	–	88.461	

NOTA 3 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Companhia utiliza de julgamentos e estimativas relacionados aos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e suas premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados pertinentes, sendo constantemente revisadas. Os efeitos das revisões são reconhecidos contabilmente no exercício em que as alterações ocorrem.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de sua controlada, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Tabela 7 – Estimativas e julgamentos

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
2.6	Ressarcimento às distribuidoras	Estimativa dos valores a serem desembolsados via mecanismo de contas gráficas.
8	Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros
9/12	Valor recuperável dos ativos de longo prazo	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia
17	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras que atendem à definição de equivalentes de caixa. Os saldos dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

Tabela 8 – Caixa e equivalentes de Caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e Bancos	1.177	16	4.352	60
Aplicações Financeiras	1.888	522	149.769	88.401

Tabela 14 – Realização esperada

TRIBUTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS	
2025	41.710
2026	4.447
2027	11.486
2028	13.315
2029	68.676
2030	27.535
2031 a 2036	302.203
	469.372

8.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

Tabela 15 – Conciliação IR e CSLL

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	(24.509)	(151.690)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	8.333	51.574
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro (Compensação PF e BN):		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(7.405)	(21.691)
Outras adições (reversões) permanentes	(249)	(1.417)
Total de IRPJ e CSLL	679	28.466
Alíquota efetiva	-	-

Prática Contábil

O imposto de renda e a contribuição social, apurados sobre o lucro ajustado para fins fiscais, são reconhecidos na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferidos, no período em que ocorre o resultado (lucro ou prejuízo) correspondente. O imposto de renda e a contribuição social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na demonstração de resultado abrangente.

IRPJ e CSLL correntes

Os tributos correntes são registrados como despesa no resultado do período em que o lucro tributável é determinado, aplicando-se as alíquotas vigentes sobre a base de cálculo ajustada conforme o regime 20 fiscal. O lucro tributável é o valor do lucro sujeito à tributação, calculado ajustando o lucro contábil para incluir ou excluir certos itens de receita e despesa que são tratados de maneira diferente para fins fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados de forma líquida, por entidade contribuinte, quando há um direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e a intenção de quitar em bases líquidas.

IRPJ e CSLL diferidos

O resultado com imposto de renda e a contribuição social diferidos representa o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que, devido às regras tributárias, não podem ser consideradas na base de cálculo do pagamento de imposto de renda e contribuição social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes (diferenças temporárias), e (ii) de eventual prejuízo do exercício.

Os créditos reconhecidos no resultado, relacionados ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos no ativo de acordo a projeção de lucro tributável futuro e de utilização das diferenças temporárias.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos ativos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias, a Companhia projeta seus resultados futuros considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

9.1 Mutação dos investimentos

Tabela 16 – Investimentos

	CONTROLADORA					
	Participações societárias e outros investimentos	Participações %	Saldo em 2023 - Reapresentado	Equivalência patrimonial	Amortização encargos capitalizados	Saldo em 2024
Controlada						
CHTP - Companhia Hidrelétrica Teles Pires	99,1	1.651.456	9.697	(7.333)	1.653.820	
	99,1	1.651.456	9.697	(7.333)	1.653.820	

	CONTROLADORA					
	Participações societárias e outros investimentos	Participações %	Saldo em 2022 - Reapresentado	Equivalência patrimonial	Amortização encargos capitalizados	Saldo em 2023
Controlada						
CHTP - Companhia Hidrelétrica Teles Pires	99,1	1.719.627	(60.838)	(7.333)	1.651.456	
	99,1	1.719.627	(60.838)	(7.333)	1.651.456	

Prática Contábil

Nas demonstrações financeiras da controladora, a Companhia avalia seu investimento na controlada pelo método da equivalência patrimonial.

No método de equivalência patrimonial, a participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida é reconhecido no resultado período do investidor, em resultado de equivalência patrimonial.

No balanço patrimonial consolidado, os saldos patrimoniais das controladas da Companhia são distribuídos, de acordo com a natureza, nas rubricas de ativos e passivos, não compondo, portanto, o saldo consolidado de investimentos.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração de energia elétrica e ativos corporativos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	CONSOLIDADO						
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a. (%)	3,21	3,36	3,81	-	18,65	5,72	-
Custo	2.406.535	1.459.142	1.168.202	14.378	1.718	229.741	5.270.846
Depreciação Acumulada	(664.553)	(411.356)	(323.072)	-	(1.488)	(54.281)	(1.454.750)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.742.073	1.047.503	845.131	14.378	251	166.760	3.816.096
Adição	-	-	-	8.741	4	-	8.745
Depreciação	(76.157)	(49.009)	(39.062)	-	(226)	(7.786)	(172.241)
Transferências	-	-	39	(217)	-	178	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.665.916	998.494	806.108	22.902	29	159.152	3.652.600
Custo	2.406.535	1.459.142	1.168.242	22.902	1.722	229.219	5.279.591
Depreciação Acumulada	(740.710)	(1.007.172)	(2.116.507)	-	(1714)	(62.067)	(1.626.991)

	CONSOLIDADO						
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a. (%)	1,79	3,12	3,67	-	3,64	4,88	-
Custo	2.404.817	1.444.306	1.164.432	27.733	1.718	229.078	5.272.083
Depreciação Acumulada	(587.276)	(362.688)	(284.044)	-	(1.119)	(55.164)	(1.290.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.817.541	1.081.618	880.387	27.733	599	173.914	3.981.791
Adição	-	-	-	6.227	-	-	6.227
Depreciação	(76.810)	(48.668)	(39.027)	-	(348)	(7.727)	(171.580)
Transferências	3.771	14.836	-	(19.417)	-	810	-
Transferências - outros	-	-	-	(195)	-	-	(195)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.745.154	1.047.786	841.360	14.378	251	166.760	3.816.096
Custo	2.406.535	1.459.142	1.168.203	14.096	1.718	229.741	5.270.846
Depreciação Acumulada	(664.553)	(411.356)	(323.072)	-	(1.488)	(54.281)	(1.454.750)

Prática contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 12. Os itens do ativo imobilizado referem-se, substancialmente, à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. A Companhia adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para seus bens, utilizando as taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no manual de controle patrimonial do setor elétrico (MCPSE). Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são depreciados pelo período da concessão ou autorização.

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Tabela 17 – Mutação do intangível – Consolidado - corrente

	CONSOLIDADO				
	Software	Uso do Bem Público (1)	Intangível em curso	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a. (%)	20	3,13 – 3,85	-	20	-
Custo	226	189.586	1	25.077	214.890
Amortização Acumulada	(49)	(44.834)	-	(25.077)	(69.960)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177	144.752	1	-	144.930
Adições	(45)	(6.245)	145	-	145
Amortizações	(45)	(6.245)	-	(4.752)	(11.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	132	138.507	146	-	138.785
Custo	226	189.586	146	25.077	215.035
Amortização Acumulada	(94)	(51.079)	-	(25.077)	(76.250)

	CONSOLIDADO				
	Software	Uso do Bem Público (1)	Intangível em curso	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a. (%)	20	3,13 – 3,85	-	20	-
Custo	31	189.586	1	25.077	214.695
Amortização Acumulada	(17)	(38.587)	-	(20.325)	(58.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14	150.999	1	4.752	155.766
Amortizações	(45)	(6.245)	-	(4.752)	(11.031)
Transferências	195	-	-	-	195
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177	144.752	1	-	144.930
Custo	226	189.586	1	25.077	214.890
Amortização Acumulada	(49)	(44.834)	-	(25.077)	(69.960)

(1) Refere-se à ampliação do prazo da concessão, homologada em 2021, como resultado da repactuação do risco hidrológico, conforme estabelecido pela Lei nº 14.052/2020. O período de outorga da UHE Teles Pires foi prorrogado por 235 dias, passando, assim, a expirar em 28 de janeiro de 2047.

Prática contábil

Os ativos intangíveis são mensurados inicialmente ao custo, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, a empresa deve manter o ativo reconhecido ao custo menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. A Companhia adota as taxas de amortização determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para seus bens, utilizando as taxas anuais de amortização dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no manual de controle patrimonial do setor elétrico (MCPSE). Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são amortizados pelo período da concessão ou autorização.

NOTA 12 – FORNECEDORES

Tabela 18 – Fornecedores

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Circulante		
Bens Materiais e Serviços	8.961	3.277
Energia Comprada para Revenda	3.991	24.247
Encargos de uso da rede	44.902	44.982
	57.854	72.506

Prática contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações. A controladora não possui saldos em aberto para demonstrar nessa nota explicativa.

NOTA 13 – ENCARGOS SETORIAIS

Tabela 19 – Encargos setoriais

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE	872	992
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	13.219	3.219
Quota CDE	178	184
FNDCT	547	623
M.M.E.	281	311
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	625	575
	15.722	5.904
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE	19.787	15.535
	19.787	15.535
	35.509	21.439

13.1 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991/2000 estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo: (i) 0,40% em P&D; (ii) 0,40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e (iii) 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Por sua vez a ANEEL, com base na Lei nº 14.120/2021 e por meio do despacho nº 904/2021 e da resolução normativa nº 929/2021, determinou o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D na data base de 31 de agosto de 2020, bem como estabeleceu recolhimento à CDE de percentual fixo de 30% da obrigação mensal da aplicação dos respectivos programas, ou seja, recolhimento mensal de 0,12% para o CDE, restando para projetos de P&D o percentual de 0,28%.

13.2 Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos – CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 7% sobre o montante da energia elétrica de origem hidráulica produzida, medida em megawatt-hora, multiplicado pela TAR - tarifa atualizada de referência, fixada pela ANEEL.

Prática contábil

A Companhia reconhece os encargos setoriais como obrigações a recolher, calculados de acordo com a legislação aplicável. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita operacional líquida.

NOTA 14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos e financiamentos devidos pela Companhia é divulgada a seguir:

Tabela 20 – Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar

	Taxas médias anuais em 2024 (%)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2024	2023	2024	2023
Moeda Nacional					
Bancos de fomento ¹	-	-	1.008.496	1.090.327	
Mercado bancário ²	6%	438.742	993.228	1.514.042	
		438.742	2.001.724	2.604.369	
Circulante		55.998	188.565	243.460	
Não Circulante		383.244	1.813.159	2.360.910	
		438.742	2.001.724	2.604.370	

¹ O saldo refere-se às operações com o BNDES.

² O saldo refere-se aos empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os acionistas Eletrobras, Eletrosul e Eletrobras realizaram aportes nos valores de R\$ 237.370 mil, R\$ 116.055 mil e R\$ 116.055 mil, respectivamente, totalizando um valor de capital integralizado de R\$ 469.480 mil. Tendo como objetivo principal a liquidação antecipada integral das debêntures que a Companhia possuía. A antecipação do pagamento fundamenta-se na perspectiva de otimização dos recursos, redução de custos financeiros e uma melhor estruturação fiscal. A liquidação deste empréstimo permite à Companhia realocar capital de maneira mais estratégica, minimizando encargos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos possuem seus vencimentos assim programados:

Tabela 21 – Vencimentos, Financiamentos e debêntures

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 a 2036	Total
Principal	181.894	174.035	175.549	177.186	178.633	180.080	181.207	746.469	1.995.053
Juros	6.671	-	-	-	-	-	-	-	6.671
Total	188.565	174.035	175.549	177.186	178.633	180.080	181.207	746.469	2.001.724

14.1 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Tabela 22 – Mutação dos Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial do exercício	438.742	491.210	2.604.370	2.814.017
Efeito no fluxo de caixa:				
Captações	-	-	1.202	761
Amortizações de principal	(413.320)	(51.121)	(600.981)	(230.966)
Pagamento de encargos de dívida	(56.353)	(65.583)	(212.905)	(240.329)
Efeito não caixa:				
Encargos incorridos	30.931	64.236	210.038</	

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8,47% a.a.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista, cível e ambiental, que se encontram em vários estágios de julgamento.

16.1 Provisões para litígios

A Companhia e sua controlada constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

Tabela 24 - Provisões para litígios

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Processos cíveis	122.566	119.481
Processos trabalhistas	4.788	4.312
	127.354	123.793

As provisões tiveram, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte movimentação:

Tabela 25 – Mutação das provisões para litígios

CONSOLIDADO	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	123.793
Atualização monetária	3.561
Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.354

16.2 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ações judiciais cíveis com a estimativa provável de perdas de R\$ 122.566 (R\$ 119.481, em 31 de dezembro de 2023).

Destacam-se processos cíveis da Companhia que possuem como escopo, essencialmente, pleitos indenizatórios ambientais e fundiários, principalmente no que tange à desapropriação de áreas de interesse da CHTP.

16.3 Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ações judiciais trabalhistas com a estimativa provável de perdas de R\$ 4.788 (R\$ 4.312, em 31 de dezembro de 2023).

Referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo o pleito de verbas trabalhistas, bem como de indenização por acidente de trabalho.

16.4 Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

Tabela 26 – Processos com perda possível

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Processos cíveis	230.178	223.605
Processos trabalhistas	1.496	1.158
Processos tributários	97.347	61.228
	329.021	285.991

16.4.1 Cíveis

A Companhia é envolvida em processos legais, com natureza de ação cível pública, no que tange a parte ambiental do empreendimento.

O processo nº 0000559-29.2013.8.11.0095 cujo risco está avaliado em R\$ 188.000, trata de uma ação judicial envolvendo o Município de Alta Floresta e a CHTP, a parte ré. A demanda gira em torno do cumprimento de obrigações ambientais assumidas pela Companhia em decorrência de compromissos contratuais e regulatórios e dos impactos com a implantação do empreendimento, em 2011. Como parte do processo, foi determinada a contratação de uma consultoria independente para avaliar as condições ambientais e orientar as providências necessárias para a regularização da situação.

Rejeição do Recurso da Ré, a Companhia interps embargos de declaração alegando necessidade de nova análise da decisão, mas o magistrado entendeu que o recurso não era o meio adequado para reexame do mérito da sentença, motivo pelo qual foi rejeitado.

Da Justificativa de Risco, atribui-se ao pedido o risco possível, considerando que, da análise da matéria deduzida nos autos em conjunto com as provas carreadas ao processo há fundamento jurídico a sustentar um desembolso financeiro em desfavor da Companhia. Valor lançado nos termos do montante envolvido nos autos. Classificação de risco realizada conforme Procedimento de Orientações Gerais Sobre "Contingências" Judiciais e Administrativas.

16.4.2 Tributários

A Companhia é parte envolvida em processo em processos legais, com a natureza de ação tributária, tais quais autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda – SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange recolhimento de ICMS.

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios são reconhecidos no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

Os depósitos judiciais, reconhecidos no ativo da Companhia, são mensurados inicialmente pelo valor depositado e subsequentemente atualizados monetariamente por índices determinados pelos tribunais de justiça, que variam em função da natureza da ação judicial. A redução do saldo ocorre quando há levantamentos de depósitos, seja pela empresa ou pela contraparte.

Estimativas e julgamentos críticos

A avaliação de riscos de desembolso é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.232.795 (R\$ 2.763.315 em 31 de dezembro de 2023), correspondente a 3.232.795 ações ordinárias escrituradas, sem valor nominal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os acionistas Eletronorte, Eletrosul e Eletrobras realizaram aportes nos valores de R\$ 237.370 mil, R\$ 116.055 mil e R\$ 116.055 mil, respectivamente, totalizando um valor de capital integralizado de R\$ 469.480 mil.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

Tabela 27 – Capital social

	CONSOLIDADO			
	2024		CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ACIONISTA				
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletrobras - Eletronorte;	1.634.501	50,56	1.634.501	50,56
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf;	799.147	24,72	799.147	24,72
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil – Eletrobras CGT Eletrosul.	799.147	24,72	799.147	24,72
	3.232.795	100	3.232.795	100

NOTA 18 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Tabela 28 – Receita operacional líquida

	CONSOLIDADO	
	2024	REAPRESENTADO 2023
Suprimento	1.039.776	1.045.874
Suprimento CCEE	30.362	21.227
Outros	3.565	36
	1.073.703	1.067.137
(-) Deduções à Receita Operacional		
(-) PIS e COFINS	(98.266)	(97.686)
(-) Encargos setoriais	(65.573)	(53.624)
(-) ICMS	(11.369)	(11.077)
	(175.208)	(162.387)
Receita operacional líquida	898.495	904.750

Prática contábil

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração.

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no momento que a Companhia entrega a energia elétrica para o comprador pelos preços estabelecidos nos contratos. As receitas das transações no mercado de curto prazo, apresentadas na linha CCEE, são valoradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

NOTA 19 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Tabela 29 – Custos e despesas operacionais – controladora – acumulado

	CONTROLADORA					
	2024			2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Depreciação e amortização	-	(7.334)	(7.334)	-	(7.334)	(7.334)
	-	(7.334)	(7.334)	-	(7.334)	(7.334)

	CONSOLIDADO					
	2024			2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Material	(2.435)	(11)	(2.446)	(1.959)	(9)	(1.968)
Serviços	(10.281)	(15.643)	(25.924)	(14.484)	(4.878)	(19.362)
Energia comprada para revenda	(54.671)	-	(54.671)	(137.828)	-	(137.828)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(368.410)	-	(368.410)	(381.175)	-	(381.175)
Pessoal	(5.846)	(19.094)	(24.940)	(7.486)	(6.666)	(14.152)
Depreciação e amortização	(170.817)	(7.714)	(178.531)	(175.285)	(7.695)	(182.980)
Perdas estimadas/Provisões operacionais	-	(37)	(37)	-	(3.234)	(3.234)
Outros	(12.268)	(266)	(12.534)	(11.420)	(796)	(12.216)
	(624.728)	(42.765)	(667.493)	(729.637)	(23.278)	(752.914)

NOTA 20 – RESULTADO FINANCEIRO

Tabela 30 – Resultado Financeiro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	REAPRESENTADO 2023	2024	REAPRESENTADO 2023
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	8.513	10.231	21.708	30.942
Outras receitas financeiras	-	-	5.847	4.228
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(396)	(480)	(1.279)	(1.640)
	8.117	9.751	26.276	33.530
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(27.375)	(64.235)	(206.483)	(260.885)
Atualização conta gráfica	-	-	(50.638)	(47.902)
Outras despesas financeiras	(7.083)	(103)	(24.133)	(28.120)
	(34.458)	(64.338)	(281.254)	(336.907)
Itens financeiros líquidos				
Variações cambiais	61	85	(476)	(148)
	61	85	(476)	(148)
	(26.281)	(54.502)	(255.454)	(303.525)

NOTA 21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

21.2 Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

Tabela 31 – Instrumentos Financeiros

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Nível	2024	2023	Nível	2024	2023
ATIVOS FINANCEIROS						
Custo amortizado		3.065	1.736		261.675	243.205
Caixa e equivalentes de caixa		3.065	538		154.120	88.461
Clientes		-	1.198		107.555	154.744
Valor justo por meio de resultado		38.871	79.971		92.371	125.387
Títulos e Valores Mobiliários	2	38.871	79.971	2	92.371	125.387
PASSIVOS FINANCEIROS						
Custo Amortizado					2.777.765	2.428.326
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-		2.001.724	2.165.627
Fornecedores		-	-		57.854	72.506
Obrigações de ressarcimento		-	-		527.019	-
Concessões a Pagar UBP		-	-		191.168	190.193

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.

21.3.1 Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 31 de dezembro de 2024 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook, publicado pela OCDE.

a) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

Tabela 32 - Risco de apreciação das taxas de juros

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2024	Cenário I - Provável 2025	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
TJLP Emprést., Financ. e Debêntures	(2.001.724)	(174.951)	(218.788)	(262.426)
Impacto no resultado	-	(174.951)	(218.788)	(262.426)
Premissas adotadas:				
	31/12/2024	Provável	25%	50%
TJLP (%)	7,43	8,74	10,93	13,11

21.3.2 Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia e de sua controlada é de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

a) Fluxo de pagamento nominal relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures.

Tabela 33 – Fluxo de pagamento

		CONSOLIDADO			
		2024			
2025					337.915
2026					311.392
2027 até 2030					1.018.979
2030 até 2036					1.235.276
					2.903.562

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelos valores justos e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

NOTA 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo encontram-se resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Companhia.

22.1 Transações com partes relacionadas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas:

Tabela 34 - Transações comerciais – Patrimonial

		CONSOLIDADO	
		2024	
Patrimonial		Empresas Eletrobras	
Ativos			
Clientes			8.329
Total Ativo			8.329

Tabela 35 - Transações comerciais - Resultado

		CONSOLIDADO	
		2024	
Resultado		Empresas Eletrobras	
Encargos de uso da rede elétrica			(97.958)
Outros custos e despesas			(12.321)
Encargos de dívidas			(120)
			(110.399)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Teles Pires Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Teles Pires Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 9 de fevereiro de 2024, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2024, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2023, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2023 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

